

Artigo de Opinião

A conciliação da vida profissional com a vida pessoal/familiar: uma responsabilidade de quem?

Conciliar a vida profissional com a vida pessoal/familiar é um desafio que todos os trabalhadores e empresas enfrentam no seu quotidiano. Tal decorre de uma multiplicidade de fatores que se prendem ora com as práticas de trabalho das empresas, ora com a organização da vida pessoal e doméstica.

No que respeita às práticas de trabalho nas empresas, estão em causa os longos e rígidos horários de trabalho, consequência não só de uma eventual cultura de *presentismo* – prolongar o horário para agradar às chefias – mas também da necessidade de fazer horas extraordinárias para compor um salário estruturalmente magro. Outro aspeto que neste contexto afeta a conciliação é a crescente intensidade do trabalho geradora de stresse, que afeta não só a produtividade dos trabalhadores, como também a disponibilidade subjetiva para usufruir do tempo de trabalho não remunerado, de uma forma saudável e capaz de permitir a reprodução social da força de trabalho.

Por sua vez, as formas de organização da vida pessoal e doméstica têm igualmente consequências sobre as condições de conciliação na justa medida em que a distribuição sexual das tarefas tende a ser profundamente desigual, penalizando as mulheres em detrimento dos homens. Também a crescente responsabilização dos cidadãos/consumidores para que assumam tarefas tradicionalmente asseguradas pelos prestadores de serviços tende a criar uma nova pressão sobre os usos do tempo de trabalho não remunerado. Exemplo disso é a quantidade de serviços *on-line*, de que são exemplos o cumprimento de obrigações fiscais ou a gestão de contas bancárias, que, não raras vezes, implicam a disponibilização do tempo pessoal para realizar tarefas tradicionalmente asseguradas pelos trabalhadores dos prestadores desses serviços.

Neste contexto, promover a conciliação entre vida profissional e vida pessoal/familiar implica que empresas e trabalhadores assumam a responsabilidade de adotar uma agenda capaz de promover práticas de trabalho humanistas que respeitem a dignidade dos trabalhadores e que, de igual modo, os trabalhadores na sua vida pessoal/familiar adotem formas de divisão sexual – homem/mulher – e geracional – pais/filhos – do trabalho doméstico que respeitem a dignidade da pessoa independentemente do seu género ou idade.

Prof. Doutor António José Almeida

Docente da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS)

In Setubalense (O) (03-07-2017)

